

# CONDICIONANTES SOCIAIS E ECONÔMICAS DO ACESSO À UNIVERSIDADE UMA PRIMEIRA ABORDAGEM

\* Fernando Borges Moreira Monteiro

*“O artigo aborda as influências das origens sócio-econômicas dos candidatos na seleção dos que terão ingresso no ensino superior do País”.*

O acesso à Universidade tem sido nas últimas décadas, um dos momentos de maior perplexidade dos estudantes brasileiros que buscam uma formação de nível superior.

Este momento crítico e inevitável de todo o aluno que busca galgar os degraus da Universidade, que tem sido vivenciado com emoções e desesperos pelos familiares dos candidatos, recebe as mais diversas influências, que de um modo ou de outro, podem ser decisivas no sucesso do ideal desejado.

Estas influências, porém, não são percebidas no momento específico em que os exames são prestados, mas são o reflexo de uma série de condicionantes que atuam ao longo da formação básica e secundária do pretendente, e têm uma estreita relação com suas origens sócio-econômicas.

O tema representa um dos grandes desafios da educação superior do país pelo reflexo que poderá ter na formação das elites nacionais, no desenvolvimento científico e tecnológico, na qualificação de pessoal para o mercado de trabalho, e, especialmente, na democratização da Universidade.

Evidentemente não tem sentido analisar o processo seletivo do vestibular, sem considerar a educação brasileira como um todo, já que as origens do problema se situam em todos os níveis de formação

e guardam uma estreita relação com a estrutura política, econômica e social existente no país.

Na realidade, a seleção dos que terão ingresso na Universidade começa longe dela e tem início na escola primária, onde, de cada 100 alunos matriculados apenas 15 concluem o primeiro grau e somente 10 conseguem chegar ao término do 2º grau. Dos que terminam o curso secundário, entre 5 e 6, no Nordeste este número cai para 4, tem condições de candidatar-se ao vestibular uma vez que os demais, por motivos vários, necessitam ingressar no mercado de trabalho sem a formação superior.

Mesmo assim o contingente de candidatos que procura entrada na Universidade apresenta uma grande heterogeneidade na sua origem social, que no entanto já difere bastante do perfil médio da população brasileira como um todo.

As portas da Universidade, no momento da escolha do curso a seguir, manifesta-se um outro forte processo seletivo: os candidatos oriundos das camadas de pequena renda optam por carreiras de baixo prestígio social, como as licenciaturas, enquanto aqueles originados das classes de média e alta renda preferem as chamadas profissões liberais, como Medicina, Engenharia, Direito, etc.

Esta auto-exclusão do processo seletivo, embora não tenha uma explicação sociológica convincente, certamente tem muito a ver com a plena consciência do indivíduo de que seu nível de conhecimento não lhe permite aspirar a carreiras de elevado prestígio, conformando-se então com pretensões mais modestas.

---

\* Presidente da Comissão de Coordenação do Concurso Vestibular da Universidade de Fortaleza.

Após a aplicação das provas do exame vestibular, que deve selecionar os que apresentam melhor desempenho, verifica-se que o que houve na verdade foi a exclusão dos mais pobres, uma vez que nesta faixa de renda concentram-se os candidatos menos preparados.

A análise dos relatórios sócio-econômicos dos candidatos inscritos em várias universidades brasileiras mostra, quando comparada com o perfil dos aprovados nessas instituições, que existe uma indiscutível influência das condições de renda das famílias nesta seleção.

Estes aspectos estão amplamente relevados em diversos trabalhos acadêmicos, onde são verificados alguns condicionantes, especialmente de origem social e econômica, que influem neste tipo de seleção.

Na realidade a grande seletividade social e econômica, ocorrida nos concursos vestibulares do país, reflete de maneira clara as amplas desigualdades existentes na sociedade brasileira.

Querer culpar os candidatos pelo seu despreparo, para enfrentar os exames, ou penalizar o ensino por eles recebido nos graus anteriores, parece-nos uma visão distorcida do problema, que, como vimos, tem raízes bem mais profundas e situadas num contexto sócio-econômico muito maior.

Outra grave disfunção operada durante o processo de seleção para o acesso à Universidade é observada, quando verificamos que candidatos se matriculam nas instituições públicas e quais aqueles que se dirigem para os estabelecimentos privados.

O Prof. José Arthur Giannotti, no seu livro "A Universidade em ritmo de barbárie", comenta muito bem quando expressa a opinião de que:

*"Nas condições atuais, grande parte dos estudantes mais preparados, aqueles que têm o sucesso quase garantido nos exames vestibulares, provém de escolas privadas sofisticadas e muito bem pagas. É natural que a burguesia poupe seus filhos do vexame que se tornou a escola pública.*

*Logo depois de saltar a barreira dos vestibulares, o aluno que pagou a escola a vida inteira, cursa gratuitamente sua faculdade.*

*Resulta disso que as melhores universidades do país são freqüentadas pelas melhores famílias, brancas, refinadas, enquanto a pequena burguesia mais pobre e as classes trabalhadoras ou fazem esforços gigantescos para romper essas barreiras, ou tratam de colocar seus filhos em escolas de segunda categoria".*

Como cerca de 60% das vagas anualmente oferecidas para ingresso na Universidade situam-se em instituições privadas, especialmente em estabelecimentos isolados, pode-se ter uma idéia das proporções da discriminação ocorrida.

Recentemente, a partir de 1988, com a tendência de cada Universidade tratar do seu próprio processo

seletivo de acesso e com a adoção de níveis mínimos de desempenho no concurso, criou-se mais uma barreira para a entrada das classes menos favorecidas: a chamada vaga ociosa.

O não preenchimento de vagas oferecidas em decorrência dos níveis mínimos não atingidos vem penalizando principalmente os pretendentes às instituições públicas e acontece especialmente nos cursos de baixo prestígio, como as licenciaturas, e traz de volta ao cenário universitário problemas que remontam à década 50/60.

Dentro deste contexto ocorre-nos lembrar uma indagação do Prof. Sérgio Costa Ribeiro, no seu artigo "O vestibular 1988 — seleção ou exclusão?", quando comenta que as Universidades públicas têm um discurso democratizante e uma prática elitizante:

*"Para que aumentar o número de vagas para depois deixá-las ociosas? Como ter argumentos para manter a gratuidade da Universidade Pública se uma política deliberada impede o acesso dos menos favorecidos?"*

*Como usar o argumento da pressão sobre a escola de 2º grau para justificar esta política de acesso, se é barrada a entrada daqueles que teriam a possibilidade de, freqüentando uma Universidade Pública, se tornarem melhores docentes dos graus anteriores de ensino e assim melhorá-los?"*

*Como conciliar o discurso da democratização do País e da Universidade com a postura de manutenção e aumento dos privilégios da classe alta que habita hoje, mais do que ontem, a classe discente das Universidades Públicas?"*

*Como defender a gratuidade do ensino para um grupo cada vez mais privilegiado, com refeições ao preço de US\$ 0,00012, num país de subnutridos?"*

*Será que há esperança de um dia a Universidade Pública, Gratuita e Autônoma tomar consciência de suas reais responsabilidades sociais, num país como o nosso, descer da torre de marfim em que se encontra e mitigar as lutas da miséria?"*

*Esperamos que sim."*

*E nós também!*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. GIANNOTTI, José Arthur. **A Universidade em ritmo de barbárie**. 3 ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987 — 113p.
02. RIBEIRO, Sérgio Costa. **Vestibular 1988: seleção ou exclusão? Educação e Seleção**. São Paulo. Fundação Carlos Chagas, jul./dez., 1988, nº 18 — p. 93 — 109.